

TRE-TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL/MT

Termo de Referência 34/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
34/2026	70022-TRE-TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL/MT	RODRIGO DE FREITAS SILVA ARAUJO	19/06/2026 16:17 (v 0.8)
Status			
CONCLUIDO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo	95/2026	10974.2025-3

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

(Processo Administrativo SEI nº 10974.2025-3)

TERMO DE REFERÊNCIA

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Registro de Preços para eventual e futura aquisição de materiais sustentáveis (canetas sementes e crachás biodegradáveis) para composição dos kits utilizados por mesários e demais colaboradores designados para atuação nas eleições, bem como em demais eventos e atividades desenvolvidas pelo TRE-MT.

1.2. A contratação contempla o fornecimento de canetas ecológicas com sementes e crachás confeccionados em papel semente, acompanhados de cordão em material natural, conforme especificações técnicas, quantitativos estimados e condições estabelecidas neste Termo de Referência, e em seu anexo (Estudos Técnicos Preliminares).

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Canetas sementes, canetas ecológicas produzidas com material reciclado e cápsula biodegradável contendo sementes para o plantio, com personalização institucional por meio de impressão uv color ou equivalente.	Unidades	37.500	R\$ 7,22	R\$ 270.750,00

2	Crachás biodegradáveis em papel semente, com impressão em tinta à base de água, acompanhados de cordão produzido em material natural (algodão ou juta), com 85 cm de comprimento total (aberto) e 40 a 42 cm quando dobrado ao meio e colocado no pescoço.	Unidades	37.500	R\$ 4,71	176.625,00
3	Canetas sementes, canetas ecológicas produzidas com material reciclado e cápsula biodegradável contendo sementes para o plantio, com personalização institucional por meio de impressão UV color ou equivalente. (Reserva de cota para ME e EPP referente a 25% da quantidade original).	Unidades	12.500	R\$ 7,22	R\$ 90.250,00
4	Crachás biodegradáveis em papel semente, com impressão em tinta à base de água, acompanhados de cordão produzido em material natural (algodão ou juta), com 85 cm de comprimento total (aberto) e 40 a 42 cm quando dobrado ao meio e colocado no pescoço. (Reserva de cota para ME e EPP referente a 25% da quantidade original do item 2).	Unidades	12.500	R\$ 4,71	58.875,00
Valor total Estimado					R\$ 596.500,00

1.3. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, de acordo com as caracteríssticas e demais informações constante do Estudo Técnico Preliminar, anexo deste Termo de Referência.

1.4. O prazo de vigência da ata de registros de preços será de (1 ano), contados da publicação no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, na forma do artigo 84 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.4.1. A prorrogação da ata será precedida de análise simplificada de vantajosidade, mediante verificação da compatibilidade dos preços registrados com os praticados no mercado, podendo ser utilizados meios eletrônicos e consultas a bases públicas e privadas.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, anexo deste Termo de Referência, fundamentando-se na necessidade de prover materiais indispensáveis à adequada execução das atividades relacionadas às Eleições Gerais de 2026, especialmente no que se refere à organização e identificação dos mesários e demais colaboradores convocados pela Justiça Eleitoral, bem como nos demais eventos e atividades realizadas no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso – TRE-MT.

2.2. A operacionalização do processo eleitoral demanda a disponibilização de insumos padronizados, funcionais e em quantidade suficiente para atendimento de milhares de agentes públicos temporários distribuídos em todo o Estado, sendo os itens ora pretendidos (canetas e crachás de identificação) essenciais ao desempenho das diversas atividades do TRE/MT.

2.3. Neste sentido, há a premente necessidade de substituição de materiais convencionalmente utilizados, em sua maioria compostos por plástico ou insumos de baixa reciclabilidade, por alternativas sustentáveis que apresentem menor impacto ambiental ao longo de seu ciclo de vida, incluindo-se, ainda, sementes para o plantio, após a utilização convencional desses produtos.

2.4. Por isso, a adoção de canetas ecológicas com sementes e crachás confeccionados em papel semente, acompanhados de cordão em material natural, alinha-se às diretrizes institucionais de sustentabilidade do TRE-MT, bem como às políticas públicas voltadas à promoção do consumo responsável e à redução de resíduos, em consonância com as disposições da Lei nº 14.133/2021, e Resoluções CNJ 400/2021 e CNJ 594/2024.

2.5. Ademais, a presente demanda encontra respaldo no Estudo Técnico Preliminar, anexo deste Termo de Referência, elaborado para a contratação, o qual demonstrou a viabilidade técnica, operacional e econômica da solução proposta, bem como a existência de fornecedores aptos a atender às especificações definidas.

2.6. Assim, a contratação pretendida não apenas assegura o adequado funcionamento da logística eleitoral, e das demais atividades do TRE-MT, como também contribui para o fortalecimento da agenda socioambiental da Justiça Eleitoral, promovendo ações concretas de sustentabilidade e incentivando práticas ambientalmente responsáveis entre todos os stakeholders envolvidos nos processos.

2.7. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual, constante do item "Materiais de Expediente", nos termos da Portaria nº 297/2025.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, anexo deste Termo de Referência.

3.2. A solução proposta consiste no registro de preços para futura e eventual aquisição de materiais sustentáveis destinados à composição dos kits de mesários e demais colaboradores da Justiça Eleitoral, bem como nas demais atividades do TRE-MT, contemplando o fornecimento de canetas ecológicas com sementes e crachás confeccionados em papel semente, acompanhados de cordão em material natural, ambos contendo sementes para o plantio, conforme condições e especificações estabelecidas neste Termo de Referência.

3.3. A concepção da solução considera o ciclo de vida completo dos produtos, abrangendo as etapas de produção, distribuição, utilização e destinação final, com vistas à redução de impactos ambientais e à promoção de práticas sustentáveis de educação e reflorestamento, no âmbito da Administração Pública.

3.4. Na fase de produção, os itens deverão ser confeccionados com materiais reciclados, recicláveis, biodegradáveis ou compostáveis, com utilização de insumos de origem natural e processos produtivos que não utilizem o uso de substâncias tóxicas, especialmente mediante o emprego de tintas à base de água e ausência de solventes agressivos ao meio ambiente.

3.5. No que se refere à distribuição, os fornecedores deverão adotar práticas que reduzam a geração de resíduos e priorizem embalagens sustentáveis, de modo a mitigar impactos ambientais decorrentes do transporte e da logística de entrega.

3.6. Durante a fase de utilização, os produtos deverão atender plenamente às necessidades operacionais da Justiça Eleitoral, garantindo funcionalidade, ergonomia e adequada identificação dos colaboradores, sem prejuízo do desempenho esperado para materiais dessa natureza.

3.7. Na etapa de pós-consumo, destaca-se o diferencial ambiental dos itens, uma vez que tanto as canetas quanto os crachás incorporam sementes em sua composição, possibilitando o seu reaproveitamento por meio do plantio, o que contribui para a redução de resíduos, reflorestamento e para o estímulo à conscientização ambiental dos stakeholders.

3.8. Especificamente quanto aos produtos, deverão ser observadas as seguintes características mínimas:

a) Canetas ecológicas com sementes:

- corpo confeccionado em papel reciclado, papelão ou material plástico reciclado;
- mecanismo de escrita com acionamento por clique;
- carga esferográfica com tinta nas cores azul ou preta;
- cápsula biodegradável contendo sementes de espécies vegetais, (exemplo: Salsa, Manjerição, Rúcula, Figueira Branca, Embaúba, Crotalária, Gipsofila Flor, dentre outras);
- tag ou encarte em papel reciclado contendo instruções de plantio;
- personalização institucional por meio de impressão uv color ou equivalente;
- dimensões aproximadas de 14 cm de comprimento e 1 cm de diâmetro.

b) Crachás em papel semente com cordão natural:

- confeccionados em papel semente, com incorporação de sementes em sua estrutura, propiciando o plantio após sua utilização;
- impressão frente e verso, utilizando tinta à base de água;
- formato aproximado de 9,5 cm x 14,5 cm;
- corte reto com furação compatível para fixação de cordão;
- cordão confeccionado em material natural, como algodão ou juta, com 85 cm de comprimento total (aberto) e 40 a 42 cm quando dobrado ao meio e colocado no pescoço;
- adequação para identificação visual dos colaboradores durante as atividades eleitorais.

3.9. A solução proposta mostra-se tecnicamente adequada, ambientalmente responsável e plenamente compatível com as necessidades operacionais do TRE-MT, promovendo não apenas a substituição de materiais convencionais, mas também a incorporação de práticas sustentáveis ao processo eleitoral.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Para o atendimento da presente contratação, deverão ser observados os requisitos mínimos a seguir estabelecidos, os quais visam assegurar a qualidade, a funcionalidade e a sustentabilidade dos produtos, bem como a adequada execução do objeto contratado.

4.2. Requisitos Gerais

a) Os materiais fornecidos deverão ser novos, de primeiro uso, e atender integralmente às especificações técnicas constantes neste Termo de Referência;

- b) Os produtos deverão ser entregues em perfeitas condições de uso, sem defeitos de fabricação, avarias ou quaisquer inconformidades que comprometam sua utilização;
- c) O fornecimento deverá ocorrer conforme as quantidades e prazos definidos, observando-se a possibilidade de contratações parceladas decorrentes da Ata de Registro de Preços;
- d) A contratada deverá assegurar a padronização dos itens, especialmente quanto à identidade visual, dimensões e características técnicas, conforme orientações da Administração;
- e) Os produtos deverão ser acompanhados de todas as informações necessárias à sua adequada utilização, inclusive quanto às instruções de plantio;

4.3. Requisitos Técnicos dos Produtos

- a) As canetas ecológicas deverão atender às especificações descritas neste Termo de Referência, garantindo adequada escrita, resistência e durabilidade compatíveis com sua finalidade;
- b) Os crachás deverão apresentar qualidade de impressão, legibilidade e resistência suficientes para utilização durante o período eleitoral, sem prejuízo de sua característica biodegradável e com a característica de plantio após sua utilização;
- c) Os materiais empregados na fabricação deverão ser compatíveis com os critérios de sustentabilidade estabelecidos, não sendo admitidos produtos que utilizem predominantemente plástico convencional ou insumos de difícil degradação;
- d) A personalização dos itens deverá observar os padrões institucionais do TRE-MT, conforme layout a ser fornecido pela Administração.

4.4. Requisitos de Sustentabilidade

- a) Os produtos deverão ser confeccionados com materiais reciclados, recicláveis, biodegradáveis ou compostáveis;
- b) Deverá ser utilizado apenas tintas à base de água e a ausência de substâncias tóxicas ou solventes agressivos ao meio ambiente;
- c) Os itens deverão possibilitar destinação ambientalmente adequada ao final de sua vida útil, incluindo o reaproveitamento por meio do plantio das sementes incorporadas;
- d) As embalagens utilizadas deverão ser sustentáveis, não sendo aceito o uso de plásticos convencionais;
- e) A contratação deverá observar as diretrizes de sustentabilidade aplicáveis às contratações públicas, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 01/2021.

4.5. Requisitos de Entrega e Logística

- a) A entrega dos materiais deverá ocorrer no prédio sede do TRE-MT, ou em outro endereço indicado, no prazo estabelecido na ordem de fornecimento;
- b) Os custos com transporte, embalagem e demais encargos logísticos serão de responsabilidade da contratada;
- c) Os produtos deverão ser acondicionados de forma a garantir sua integridade até o destino final;
- d) A contratada deverá substituir, às suas expensas, no prazo a ser definido pela Administração, quaisquer itens que apresentem desconformidade com as especificações estabelecidas.

4.6. Requisitos Administrativos e Operacionais

- a) A contratada deverá manter, durante toda a execução da contratação, as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo licitatório;
- b) Deverá ser assegurado canal de comunicação eficaz com a Administração para tratamento de demandas, ajustes e eventuais ocorrências;

c) O fornecimento deverá observar as normas aplicáveis à contratação pública, em especial as disposições da Lei nº 14.133/2021.

4.7. Da exigência de amostra

4.8. A Administração poderá exigir do licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar a apresentação de amostras dos itens ofertados, com o objetivo de verificar a conformidade dos produtos com as especificações técnicas estabelecidas neste Termo de Referência.

4.9. A solicitação de amostras será formalizada após a fase de julgamento das propostas, sendo concedido prazo razoável, de no máximo 02 dias, para sua apresentação.

4.10. As amostras deverão ser encaminhadas somente em via digital, contendo indicação do licitante e do item a que se referem, cuja avaliação será feita exclusivamente pela apresentação de folders, catálogos técnicos, fichas descritivas e/ou outros documentos que permitam a adequada avaliação das características do produto.

4.11. Os materiais apresentados deverão corresponder fielmente ao produto ofertado na proposta comercial.

4.12. A avaliação das amostras será realizada pela equipe técnica designada pela Administração, com base em critérios objetivos previamente definidos, tais como:

- I – conformidade com as especificações técnicas exigidas;
- II – qualidade dos materiais utilizados;
- III – funcionalidade e adequação ao uso pretendido;
- IV – características de sustentabilidade dos produtos;
- V – acabamento, resistência e apresentação geral;
- VI – compatibilidade com a identidade visual institucional, quando aplicável.

4.13. A análise será devidamente registrada em relatório técnico, contendo a indicação expressa quanto à aprovação ou reprovação das amostras.

4.14. Na hipótese de dúvida quanto às informações prestadas, a Administração poderá, a qualquer tempo, diligenciar em busca de esclarecimentos e documentações a serem juntadas para a realização da avaliação.

4.15. Caso as amostras ou a documentação técnica apresentada não atendam às especificações estabelecidas, o licitante será desclassificado, sendo convocado o próximo colocado para apresentação de amostras, observada a ordem de classificação.

4.16. A exigência de amostras observará os princípios da razoabilidade, proporcionalidade e isonomia, não sendo utilizada como instrumento de restrição indevida à competitividade, cuja análise limitar-se-á verificação dos requisitos objetivos previamente definidos, vedada a adoção de critérios subjetivos não previstos neste Termo de Referência, em conformidade com as disposições da Lei nº 14.133/2021.

4.17. Subcontratação

4.17.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

4.18. Garantia da contratação

4.18.1. Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, diante das características do objeto a ser contratado.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. A execução do objeto dar-se-á de forma indireta, mediante o fornecimento dos materiais pela(s) empresa(s) registrada(s) na Ata de Registro de Preços, conforme as condições, especificações e quantitativos estimados estabelecidos neste Termo de Referência.

5.2. Considerando a adoção do Sistema de Registro de Preços, o fornecimento ocorrerá de forma parcelada e sob demanda, de acordo com as necessidades da Administração, durante o período de vigência da ata, não havendo obrigatoriedade de contratação integral dos quantitativos estimados.

5.3. Forma de Solicitação

- a) As aquisições serão formalizadas por meio de emissão de nota de empenho ou instrumento equivalente, conforme a necessidade da Administração;
- b) Cada solicitação indicará os quantitativos, especificações, prazos e local de entrega dos itens;
- c) A contratada deverá confirmar o recebimento da solicitação no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

5.4. Prazo de Entrega

- a) O prazo de entrega dos materiais será definido no envio da nota de empenho, observada a quantidade dos itens e a necessidade administrativa;
- b) Recomenda-se, como parâmetro, prazo não superior a 20 (vinte) dias corridos, contados do recebimento da solicitação;
- c) Eventuais prorrogações de prazo deverão ser devidamente justificadas e previamente autorizadas pela Administração.

5.5. Local de Entrega

- a) Os materiais deverão ser entregues em local indicado pelo TRE-MT, podendo contemplar unidades na capital ou no interior do Estado;
- b) A entrega deverá ocorrer em dias úteis, no período de 07h:30m às 14h:30m, podendo a Administração dispor em sentido diverso.

5.6. Condições de Entrega

- a) Os produtos deverão ser entregues devidamente acondicionados, de modo a garantir sua integridade durante o transporte e armazenamento;
- b) Os itens deverão estar em conformidade com as especificações técnicas e padrões de qualidade estabelecidos neste Termo de Referência;
- c) A contratada será responsável por todos os custos relacionados ao transporte, embalagem, carga e descarga dos materiais.

5.7. Recebimento do Objeto

- a) O recebimento provisório ocorrerá no ato da entrega, para verificação da conformidade dos itens com as especificações;
- b) O recebimento definitivo será realizado após a conferência detalhada dos produtos, no prazo a ser definido pela Administração;
- c) Constatadas irregularidades, a contratada deverá promover a substituição dos itens, no prazo estipulado pela Administração, sem ônus adicional.

5.8. Substituição e Garantia

- a) A contratada deverá substituir, às suas expensas, os produtos que apresentarem defeitos, avarias ou desconformidade com as especificações técnicas;
- b) O prazo para substituição será definido pela Administração, considerando a urgência da demanda;
- c) Os produtos deverão possuir garantia mínima contra defeitos de fabricação, compatível com sua natureza.

5.9. Considerações Específicas do Sistema de Registro de Preços

- a) A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para aquisição pretendida, sendo assegurada ao beneficiário da ata a preferência em igualdade de condições;
- b) As contratações decorrentes da ata observarão a disponibilidade orçamentária e a necessidade administrativa;
- c) A gestão da ata de registro de preços será realizada por unidade competente do TRE-MT, responsável pelo controle dos saldos, acompanhamento das contratações e demais providências administrativas.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

- 6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- 6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 6.5. *Após a assinatura da ata de registro de preços, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.*

Fiscalização

- 6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.[A1]

Fiscalização Técnica

- 6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.
- 6.8. O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.
- 6.9. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.
- 6.10. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.
- 6.11. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.
- 6.12. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

Fiscalização Administrativa

6.13. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.14. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.15. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

Gestor do Contrato

6.16. Cabe ao gestor do contrato:

6.16.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.16.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.16.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.16.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.16.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.16.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.16.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1 - Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133/2021, a Contratada que:

7.1.1 - der causa à inexecução parcial do contrato;

7.1.2 - der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

7.1.3 - der causa à inexecução total do contrato;

7.1.4 - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

7.1.5 - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

7.1.6 - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

7.1.7 - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

7.1.8 - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

7.1.9 - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

7.1.10 - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

7.1.11 - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação; e

7.1.12 - praticar ato lesivo previsto no artigo 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.2 - A Contratada que incorrer em infração administrativa, prevista na Lei nº 14.133/2021, apurada em regular processo administrativo, com garantia de contraditório e ampla defesa, sujeitar-se-á às seguintes sanções:

7.2.1 - Advertência;

7.2.2 - multa;

7.2.3 - impedimento de licitar e contratar; e

7.2.4 - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

7.3 - A aplicação das sanções previstas neste contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (artigo 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

7.4 - A sanção de advertência será aplicável na hipótese de inexecução parcial do contrato que não implique em grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo, bem como na hipótese de descumprimento de pequena relevância praticado pelo contratado e que não justifique imposição de penalidade mais grave.

7.5 - No caso de a Contratada incorrer em uma ou mais condutas tipificadas no artigo 155 da Lei nº 14.133, de 2021, será responsabilizada administrativamente em uma ou mais das sanções previstas no artigo 156, da Lei nº 14.133, de 2021, garantido o direito à ampla defesa e ao contraditório.

7.6 - Não será aceita entrega parcial e, em caso de atraso na entrega injustificada, de acordo com o artigo 156, inciso II, § 3º, da Lei nº 14.133/2021, sendo que a sanção de multa, por mora ou compensatória, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) e ainda, o percentual de 0,5% será aplicado por dia de atraso, em desconformidade com o prazo previsto e será cobrado até o limite máximo de 10% (dez por cento) do valor do contrato celebrado ou da nota de empenho equivalente.

7.6.1 - A multa compensatória será aplicada em razão da inexecução parcial ou total do objeto contratado e poderá ensejar a extinção do contrato, nos termos do artigo 137 da Lei nº 14.133/2021. No caso de inexecução parcial do objeto, quando houver interesse na continuidade da contratação, a multa compensatória será de até 10% (dez por cento) sobre o valor da parcela não cumprida.

7.6.2 - A inexecução parcial ou total do objeto, quando não houver interesse na continuidade da contratação implicará a aplicação de multa compensatória de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor da parcela não cumprida.

7.7 - Na aplicação das sanções serão considerados (artigo 156, § 1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

a) a natureza e a gravidade da infração cometida;

b) as peculiaridades do caso concreto;

c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

d) os danos que dela provierem para a Administração Pública;

e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.8 - As sanções de advertência (artigo 156, I, da Lei nº 14.133, de 2021), impedimento de licitar e contratar (artigo 156, III, da Lei nº 14.133, de 2021) e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar (artigo 156, IV, da Lei nº 14.133, de 2021) poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, com a penalidade de multa (artigo 156, II, da Lei nº 14.133, de 2021).

7.9 - O processamento das penalidades seguirá os ditames da Lei nº 14.133, de 2021.

7.10 - A aplicação das sanções não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (artigo 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

7.11 - Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante à Contratada, além da perda desse valor, a diferença será cobrada judicialmente (artigo 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

7.12 - Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida, administrativamente, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente deste Tribunal.

7.13 - As sanções serão registradas e publicadas no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), no prazo máximo de 15(quinze) dias úteis, contado do trânsito em julgado da aplicação da sanção, nos termos do artigo 161 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.14 - Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos (artigo 159 da Lei nº 14.133, de 2021).

7.15 - A personalidade jurídica da Contratada poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à contratada do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com a Contratada, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (artigo 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

7.16 - As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação, na forma do artigo 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.17 - Os débitos da Contratada para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e /ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos, pelo referido órgão, decorrentes desta mesma contratação ou de outras contratações administrativas que a Contratada possua com este Tribunal, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

8.1 Recebimento

8.1.1 As entregas das canetas ecológicas com sementes e dos crachás em papel semente com cordão natural ocorrerão de forma parcelada e sob demanda, conforme necessidade desta Justiça Especializada, em consonância com as especificações do item 3 deste Termo de Referência.

8.2 Liquidação

8.2.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

8.2.2 O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2.3 Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

8.2.3.1 a data da emissão;

8.2.3.2 os dados do contrato e do órgão contratante;

8.2.3.3 o período respectivo de execução do contrato;

8.2.3.4 o valor a pagar; e

8.2.3.5 eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.2.4. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, ou qualquer circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado adote as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização, sem ônus ao contratante.

8.2.5. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2.6. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8.2.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

8.2.8. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.2.9. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

8.2.10. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

8.3 Prazo de pagamento

8.3.1. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

8.3.2. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

8.4 Forma de pagamento

8.4.1 O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

8.4.2 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.4.3 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.4.4 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.4.5 O contratado optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, não sofrerá retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos pelo regime. O pagamento, contudo, ficará condicionado à apresentação de documento oficial que comprove sua adesão e enquadramento no referido regime tributário.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

9.1 Forma de seleção e critério de julgamento da proposta:

9.1.1 O fornecedor será selecionado por meio de procedimento licitatório, na modalidade **Pregão Eletrônico**, adotando-se o critério de julgamento de **menor preço**, nos termos do art. 28, I, e do art. 40, II, da Lei nº 14.133/2021.

9.2 Forma de fornecimento

9.2.1 O fornecimento/entrega dos objetos serão feitos de forma parcelada, consoante descrição dos itens: a) Canetas ecológicas com sementes e b) Crachás em papel semente com cordão natural (item 3.8 deste Termo de Referência), acompanhada de nota fiscal correspondente, a qual deverá ser preenchida com as especificações apresentadas na respectiva nota de empenho.

9.2.2 A empresa fornecedora deverá efetuar as entregas dos produtos, no período de **segundas às sextas-feiras**, durante o horário de expediente (**07h:30m às 14h:30m**), na Sede do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso, situado na Av. Historiador Rubens de Mendonça nº 4.750, Centro Político Administrativo, Cuiabá-MT, CEP.: 78.049-941, ou em outro local e horários indicados pela Administração, em prazo máximo de até **20 (vinte) dias corridos**, após a solicitação e ainda, contados a partir da data do recebimento da nota de empenho, a qual deverá ser retirada no prazo de 5 (cinco) dias úteis, à notificação de efetiva aquisição do produto.

9.3 Exigências de habilitação

9.3.1 Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

9.3.2 Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.3.3 Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

9.3.4 Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.3.5 Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

9.4 Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.4.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) ou no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), conforme o caso;

9.4.2 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão conjunta da Secretaria da Receita Federal do Brasil e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751/2014;

9.4.3 Prova de regularidade com a Fazenda Estadual;

9.4.4 Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante;

9.4.5 Prova de regularidade junto ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.4.6 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação de Certidão Negativa ou Positiva com efeitos de Negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT);

9.4.7 O fornecedor enquadrado como Microempreendedor Individual (MEI) que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previsto na Lei Complementar nº 123/2006 estará dispensado da apresentação de prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total da ata de registro de preços, que corresponde ao valor máximo aceitável, é de **R\$ 596.500,00** (quinhentos e noventa e seis mil e quinhentos reais), conforme custos unitários apostos na tabela constante do item 1.2.

10.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços a preferência em igualdade de condições.

10.3. Os quantitativos registrados constituem mera estimativa de consumo, não implicando obrigação de contratação integral por parte da Administração, que poderá realizar as aquisições de forma parcelada, conforme sua necessidade e disponibilidade orçamentária.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1 A despesa decorrente da presente contratação correrá à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União, dentro do orçamento de custeios e investimentos da Justiça Eleitoral.

11.2 A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. A participação no procedimento licitatório implica plena aceitação, por parte dos licitantes, das condições estabelecidas neste Termo de Referência, no edital e em seus anexos.

12.2. A empresa contratada deverá cumprir integralmente as obrigações assumidas, observando as disposições legais e regulamentares aplicáveis, em especial aquelas constantes da Lei nº 14.133/2021, bem como as normas internas do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso – TRE-MT.

12.3. A Ata de Registro de Preços decorrente deste Termo de Referência terá vigência de até 12 (doze) meses, podendo ser prorrogada por igual período, desde que comprovada a vantajosidade, conforme legislação vigente.

12.4. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, podendo realizá-las conforme sua necessidade, disponibilidade orçamentária e conveniência administrativa, nos termos do Sistema de Registro de Preços.

12.5. Os casos omissos serão resolvidos pela Administração, com base nos princípios que regem a Administração Pública, especialmente os da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

12.6. Eventuais dúvidas na interpretação deste Termo de Referência deverão ser dirimidas pela unidade demandante, podendo, quando necessário, ser submetidas à apreciação das áreas técnica e jurídica competentes.

12.7. O presente Termo de Referência integra o processo administrativo correspondente, servindo de base para a elaboração do edital, da Ata de Registro de Preços e dos instrumentos dela decorrentes.

13. ANEXO I

Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato

1. FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

1.1. O adjudicatário terá o *prazo de 5 (cinco) dias úteis*, contado a partir da data de sua convocação, para aceitar a *Nota de Empenho*, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas.

1.2. O prazo poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

1.3. O aceite do instrumento equivalente pelo adjudicatário implica no reconhecimento de que:

1.3.1. referido instrumento substitui o termo de contrato, sendo-lhe aplicáveis as disposições da Lei nº 14.133 /2021;

1.3.2. o Contratado se vincula à sua proposta e às previsões contidas no *Edital*, no Termo de Referência e em seus anexos, conforme Termo de Ciência e Concordância (Anexo II).

2. VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. *O prazo de vigência da contratação é aquele estabelecido no Termo de Referência, na forma da legislação que rege a matéria.*

2.2. *O prazo de vigência poderá ser prorrogado, nos termos da legislação, consoante o estabelecido no Termo de Referência.*

2.3. *Em caso de prorrogação da ata, poderá ser renovado o quantitativo originalmente registrado.*

3. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

3.1. São obrigações do Contratante:

3.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o Termo de Referência e seus anexos;

3.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

3.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

3.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução contratual e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

3.1.5. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no Termo de Referência e neste Anexo;

3.1.6. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e no Termo de Referência;

3.1.7. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

3.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução contratual, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

3.1.9. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Contratado.

3.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto contratual, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

4. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

4.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes do Termo de Referência e deste Anexo, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

- 4.1.1 Entregar os objetos acompanhado das orientações necessárias ao plantio;
- 4.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor;
- 4.1.3. Comunicar ao Contratante, no prazo máximo de até 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 4.1.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor contratuais ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- 4.1.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal contratual, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 4.1.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 4.1.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o Contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização contratual, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:
- 4.1.7.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
- 4.1.7.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
- 4.1.7.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do Contratado;
- 4.1.7.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
- 4.1.7.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- 4.1.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante e não poderá onerar o objeto da contratação;
- 4.1.9. Comunicar ao Fiscal, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal que se verifique na execução do objeto contratual.
- 4.1.10. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 4.1.11. Manter, durante toda a vigência da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
- 4.1.12. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência da execução do objeto;
- 4.1.13. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 4.1.14. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

5. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

- 5.1. *A contratação será extinta quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.*
- 5.2. *Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para a contratação.*
- 5.3. *Quando a não conclusão do objeto referida no item anterior decorrer de culpa do Contratado:*
- 5.3.1. *ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e*
- 5.3.2. *poderá a Administração optar pela extinção contratual e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.*

6. DOS CASOS OMISSOS

6.1. Os casos omissos serão decididos pelo Contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

7. ALTERAÇÕES

- 7.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.
- 7.2. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação.
- 7.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
- 7.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do Contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.
- 7.5. Registros que não caracterizam alterações contratuais podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. FORO

8.1. Fica definido o Foro da Justiça Federal em Mato Grosso, Seção Judiciária de Cuiabá, para dirimir os litígios que decorrerem da execução contratual que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

14. ANEXO II

TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

Por meio deste instrumento, (*identificar o Contratado*) declara que está ciente e concorda com as disposições e obrigações previstas no Edital, no Termo de Referência e nos demais anexos a que se refere o Pregão Eletrônico nº...../2026, bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação.

Local-UF, de de 20.... .

(Nome e Cargo do Representante Legal)

15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

CYNTHIA KEYLER PEREIRA LOPES DE PAULA

Equipe de apoio

MARIA ELIANE HARUKO IMADA SAKATA

Equipe de apoio

RODRIGO DE FREITAS SILVA ARAUJO

Equipe de apoio